

Colégio Ofélia Fonseca

Julia Berringer Cunha

**Papel da psicologia nas escolas:
Análise do projeto de Lei 3688/2000**

São Paulo

2018

Julia Berringer Cunha

**Papel da psicologia nas escolas:
Análise do projeto de Lei 3688/2000**

Monografia apresentada como requisito na disciplina Metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso, no Colégio Ofélia Fonseca, ministrada na série do Ensino Médio, no 3º ano.

Nome do orientador: Estevam Rouxinol dos Santos Neto.

São Paulo

2018

SUMÁRIO

Introdução.....	3
1 O atual sistema de ensino.....	10
1.1- Inclusão nas escolas públicas e privadas.....	12
2 O papel dos psicólogos nas escolas.....	20
3 Os benefícios que a psicologia pode trazer para o sistema de ensino.....	24
3.1 O papel da escola e da família.....	25
3.2 O papel dos professores e dos alunos.....	27
Conclusão.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	31

Introdução

A linha do tempo da educação e o nosso sistema como conhecemos hoje, começou muito antes dos gregos, foi com os sumérios, em 4000 a.C., que desenvolveram a escrita cuneiforme, essa considerada uma das primeiras formas de escrita, que se dá início ao processo de formação do sistema de ensino.

Em 387 a.C. o filósofo grego conhecido como Platão criou um dos primeiros sistemas mais parecido com os que temos hoje em dia, onde se estudava disciplinas como filosofia e matemática, por meio de questionamentos. Daí que também vem o nome “academia”, pois o protótipo escolar ficava no jardins de Academos, em Atenas. Com o passar do tempo, por volta de 343 a.C., se tornou comum famílias mais ricas pagarem a um preceptor (pessoa que retia maior conhecimento) para ensinar as crianças, normalmente era contratado um preceptor para cada disciplina diferente.

A palavra “escola” vem do grego • @/., cujo significado é “lugar do ócio”, pois era um ambiente onde as pessoas iam refletir em seu tempo livre. Na Grécia vários centros de ensino começaram a surgir por iniciativa de diferentes filósofos, mas quem levava o projeto adiante, eram os discípulos dos filósofos-fundadores e cada instituição valorizava uma diferente área do conhecimento. Por exemplo, o filósofo Isócrates era um excelente orador, então criou uma instituição onde “o foco” era o ensino da eloquência.

Em 4 a.C. na Europa, surgem as primeiras “escolas”, local onde mestres ensinavam gramática, excelência física, música, poesia, eloquência, entre outras disciplinas, por mais que a semelhança tenha se tornado mais clara, ainda temos diferenças relevantes, como a falta da existência de salas de aula, por exemplo. Esse modelo dura séculos, até o surgimento das escolas modernas que foi marcado pela Universidade de Karueein, que surgiu em 859 no Marrocos e é considerada a primeira universidade do mundo no sentido moderno, ou seja, uma instituição dividida em departamentos com conhecimentos de diferentes áreas.

As primeiras escolas que se encaixam nos modelos atuais, tiveram início na Europa durante o século 12, com as crianças nas carteiras e os professores em salas

de aula. No início eram obras de instituições de caridade católica, que ensinavam a ler e escrever, ao mesmo tempo passando lições do catolicismo.

No período conhecido como as “Grandes Navegações” chegamos ao Brasil. Em 1549 foram fundadas as duas primeiras escolas do Brasil, a primeira em Salvador é fundada por um grupo de jesuítas, que também fundaram a segunda escola em 1554 onde mais tarde seria o Estado de São Paulo, a escola foi fundada no mesmo ano da data da fundação da cidade. Nessas escolas se ensinava a ler, escrever, matemática e doutrina católica.

A educação no Brasil durante os três séculos de colonização era restrita, inicialmente, a alguns filhos de colonos e a índios aldeados. Até meados do século XVIII, as bases do que se ensinava na Colônia consistem nos métodos da educação jesuítica. Os missionários da Ordem fundada por Inácio de Loyola que atuavam na conversão dos povos nativos da América eram herdeiros da escolástica tardia, que predominava na região da Península Ibérica no início da Idade Moderna e acabou sendo refletida na cultura dos colonos brasileiros.

A educação dos jesuítas centrava-se nos princípios da educação liberal da Idade Média, isto é, no método do *Vitae* e do *Ut Pote*. Entretanto, o que se ensinava no Brasil Colônia era basicamente a primeira parte, as disciplinas associadas ao *Vitae*, como gramática e retórica. Esse tipo de aplicação simplificada do método medieval implicou uma formação, segundo alguns autores, profundamente literária e estilizada. Como bem apontam os historiadores Arno e Maria José Vehling

“O método pedagógico utilizado seguia as normas do Colégio de Évora, de 1563, e da *Útilis* *Ut Pote*, manual pedagógico jesuíta do final do século XVI. Nos cursos inferiores valorizava-se a gramática, considerada indispensável à expressão culta, e a memorização como procedimento para a aprendizagem; nos superiores, subordinava-se a filosofia à teologia. Para alguns intérpretes a educação jesuítica teria deixado marca excessivamente literária na formação brasileira.” (Wehling, Arno; Wehling, Maria José C. De M. *Os* *150* *Anos* *da* *Educação* *no* *Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 287.)

A pedagogia jesuítica tinha um caráter tridentino, ou seja, remetia ao Concílio de Trento da Igreja Católica, organizado no século XVI e com propósitos

contrarreformistas, também se contrapondo ao modelo de ensino que se pregava em outros países da Europa, influenciados pela ciência moderna e pelo racionalismo.

Essa incompatibilidade ficou no século XVIII com o advento da filosofia iluminista, sobretudo aquela que se desenvolveu na França. Portugal, que se caracterizava por suas raízes medievais, teve que empreender uma reforma cultural e educacional nesse período, que foi comandada pelo Marquês de Pombal.

As reformas pombalinas tiveram grande impacto nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil, haja vista que, como elas, os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses. E a educação, antes administradas por esses missionários, passou a ser de responsabilidade do Estado Português.

A expulsão da Ordem dos jesuítas ocorreu por intermédio do decreto de 3 de setembro de 1759, mas antes mesmo disso, Pombal havia elaborado um alvará no dia 28 de junho de 1759 para a criação das aulas régias, isto é, aulas que eram ministradas por professores nomeados pelo governo.

As aulas régias tinham o nítido objetivo de preencher a lacuna deixada pelos jesuítas e secularizar o ensino. Com esse modelo de educação pombalino, deu-se ênfase aos estudos menores de aprendizagem, que se tornava mais rápida e eficaz. O objetivo último era preparar uma elite necessária para fins econômicos e políticos, pela qual ansiava o Estado.

E com isso, ano após ano, foram sendo fundadas novas escolas e faculdades, onde eram adicionados novos cursos e matérias, como foi o caso da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), antes chamada de Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada em 1792, sofreu esse processo de mudança durante 128 anos para se tornar o que conhecemos hoje. E a transformação não se dava apenas a mudança do ensino, também havia uma mudança ideológica, como a inclusão de mulheres em escolas e faculdades, nos anos de 1887, a primeira mulher brasileira (Rita Lobato Velho Lopes) se forma em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia.

Na virada do século XVIII para o século XIX, tornou-se muito comum a elite local da colônia do Brasil enviar seus filhos para a cidade de Coimbra, em Portugal, com o intuito de eles completarem a sua formação.

Em 1800, houve uma importante exceção no âmbito educacional da colônia. Tratava-se do centro de educação fundado no Seminário de Olinda, que, em vez de preservar os estudos tipicamente voltados para teologia e filosofia, acabou se tornando um núcleo para o aprendizado de variadas disciplinas e um centro difusor de ideias liberais e maçônicas.

De acordo com Paulo Freire, não existe ensino sem aprendizagem, ele explica que é necessário uma alternância dos papéis na relação professor e alunos o tempo todo, o professor aprende de acordo com o que ensina seu aluno. E a aprendizagem é de suma importância para a evolução de uma sociedade, pois com o conhecimento podemos prevenir retrocessos e criar cidadãos mais empáticos, podendo assim caminhar para uma sociedade menos desigual e segregacionista.

Diante desse quadro, são necessárias mudanças, na reestruturação em toda a instituição, desde o espaço físico até dentro das salas de aula. As instituições de ensino vem sofrendo um processo de evolução desde o seu surgimento, agregando novas disciplinas, introduzindo a psicologia, mudando tanto seu espaço, quanto sua organização e esse processo ainda está ocorrendo, existem diferentes tipos de escolas surgindo com propostas inovadoras, mesmo escolas mais antigas tendem a se reinventar para se adequar a demanda social.

De forma que nos dias atuais, as escolas vêm recebendo cada vez mais demandas da sociedade para inclusão e adaptação do ambiente escolar, possibilitando a introdução de alunos com deficiências físicas ou de ordem psicológica. Diante desse quadro, se tornam indispensáveis as mudanças, na reestruturação de toda a instituição, desde o espaço físico, até dentro das salas de aula.

Muitas escolas não aceitam alunos com algum tipo de deficiência, negando a eles o direito ao estudo e a educação. Porém essa realidade vem mudando e o governo brasileiro possui algumas metas e planos para conseguir uma educação

inclusiva de qualidade. A história da educação inclusiva no Brasil começa na década de 70, quando algumas escolas passam a aceitar alunos com deficiência, desde que estes conseguissem se adequar ao plano de ensino da instituição.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com “deficiência mental”; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Ministério da Educação)

Atualmente existem normas estabelecidas que visam a acessibilidade dentro das escolas como a construção de rampas, de elevadores, corrimãos e outros elementos facilitadores da vida dos deficientes físicos. As diretrizes também colocam o ensino de libras nos currículos dos cursos superiores, entre outras ações que visam impulsionar a inclusão escolar.

A inclusão de alunos com deficiências tanto físicas, quanto psicológicas em escolas “tradicionais” é de suma importância para a introdução destes na sociedade. Por mais que escolas como o Instituto Pestalozzi e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, tenham sido importantes, elas limitam o processo de socialização das crianças.

Visto que as escolas, além de ensinar diversas disciplinas, são um ambiente onde as crianças aprendem a viver em sociedade, lidando com diferentes opiniões, aprendendo a trabalhar e conviver em grupo. Quando um grupo de crianças com uma mesma característica é segregado e impedido de socializar com outras crianças, têm seu processo de socialização afetado negativamente de ambos os grupos, tornando mais difícil a inserção social na vida adulta.

Segundo o MEC,

A educação inclusiva do aluno com necessidades educacionais especiais - deficiência física significa, no âmbito escolar, a substituição do modelo racionalista ainda predominante na prática docente, fundamentado na padronização, na objetividade, na eficiência e no produto, para uma nova concepção da educação enquanto um sistema aberto, alicerçado nas dimensões do ser, do fazer e do conviver. '

(A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA - Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial - Brasília – DF 2006)

Por tanto é de suma importância que as escolas tradicionais, adaptem seu ambiente físico com a construção de rampas; de elevadores; corrimãos; nas áreas de circulação recomenda-se que se utilize faixas no piso, com textura e cor diferenciadas, para facilitar a identificação do percurso para deficientes visuais; Verificação dos obstáculos existentes nas áreas de circulação e principalmente se tais obstáculos sofrem mudança de localização periódica ou eventualmente; verificação dos obstáculos existentes nas áreas de circulação e principalmente se tais obstáculos sofrem mudança de localização periódica ou eventualmente; nos elevadores, as botoeiras e comandos devem ser acompanhados dos signos em Braille; para um número de parada superior a dois andares, deve também haver comunicação auditiva dentro da cabine do elevador, indicando o andar onde o elevador se encontra parado; identificação dos sinais luminosos que existem no ambiente de trabalho, para que sejam acompanhados por sinais sonoros; implantar software com sintetizadores de voz nos computadores; realizar adaptações na construção do Site da escola, permitindo o acesso dos seus colaboradores e clientes externos; ter um intérprete para pessoas surdas nas salas de aula e incentivar os alunos a aprenderem LIBRAS (Língua Brasileira dos Sinais).

Segundo o livro Educação Inclusiva do MEC (Ministério da Educação) e Secretaria da Educação Especial

“O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência e, em consequência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental. Tal situação ilustra o que a definição da Organização Mundial de Saúde - OMS de 2001 e a Convenção da Guatemala acusam como agravante da situação de deficiência”

De forma que é necessários que as escolas mistas, com a ajuda de um psicólogo, devem reorganizar seu método de ensino e a forma de dar aula, visando a necessidade de cada aluno. E o responsável por orientar o professor de como reger a aula é o psicólogo, pois esse vai analisar a necessidade do aluno e orientar tanto a escola, quanto a família a como lidar com as necessidades desse aluno.

1 O atual sistema de ensino

A educação regular do Brasil se dá pela organização do sistema de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituída por duas maiores leis. É formada pela Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional nº14 de 1996 de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei nº9394 de 1996, essas são as regulamentadoras do atual sistema educacional brasileiro.

A estrutura do sistema atual se dá pela educação básica (que compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior. De forma que compete aos municípios atuar na educação infantil, e aos Estados e Distrito federal no ensino fundamental e médio.

O ensino começa nas creches, estas não tem matérias como matemática, geografia e história, visto que seu objetivo é mais recreativo, é um espaço que seja estimulante e acolhedor, onde as crianças podem brincar, ter atenção individual, contato com a natureza, socializar e principalmente desenvolver sua autonomia.

As creches antes eram vistas como ações de assistência social ou apoio a mulheres trabalhadoras, mas essa concepção vem mudando visto que estas instituições estão passando a fazer parte do percurso educacional, de forma que deve se vincular com outros níveis do ensino formal.

As creches também se tornaram parte do mundo moderno, uma vez que estar na escola é um direito de toda criança desde o seu nascimento, mas a matrícula só se torna obrigatória aos quatro anos de idade (da criança), por tanto fica a critério dos pais colocar o filho na creche antes ou após a idade obrigatória. Também é importante amentar que não há regulamentação específica sobre como as creches devem funcionar, mas de acordo com o LDB existem várias formas de acessar as creches, à rede pública, mais especificamente os municípios, são responsáveis pela oferta e gestão da educação infantil, mas também podemos acessar por convênios, onde instituições privadas (sem fins lucrativos) fornecendo atendimento gratuito, em um sistema público-privada e por fim, as creches privadas, que são particulares, por tanto, paga pelos pais da criança.

O Ensino Fundamental é por lei obrigatório e gratuito, com duração de 9 anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 anos iniciais e a dos 4 anos finais.

Segundo o MEC

“As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental são as constantes da Resolução CNE/CEB nº 2/1998, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 4/1998, que estão em processo de revisão e atualização, face à experiência acumulada e às alterações na legislação que incidiram sobre essa etapa da Educação Básica.” (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica- Ministério da Educação, Brasília 2013)

Por tanto, na etapa da vida que corresponde ao Ensino Fundamental, o cidadão vai se definindo gradativamente conforme o “educando” vai assumindo a condição de um sujeito de direitos. As crianças, quase sempre, percebem o sentido das transformações corporais e culturais, afetivo-emocionais, sociais, pelas quais passam. Tais como as transformações requerem-lhes reformulação da autoimagem, a que se associa o desenvolvimento cognitivo. Junto a isso, buscam referências para a formação de valores próprios, novas estratégias para lidar com as diferentes exigências que lhes são impostas pela escola, família e sociedade.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3/2005, o Ensino Fundamental de 9 anos tem duas fases, com diferentes características, chamadas de anos iniciais, com 5 anos de duração, que em regra para estudantes de 6 a 10 anos de idade. E os anos finais, com 4 anos de duração, para os estudantes de 11 a 14 anos.

Nessa perspectiva, de forma geral, é tarefa da escola (ambiente de interações) e do professor, apoiado pelos demais profissionais da educação, criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar, além de experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto particular e local.

O Ensino Médio, é destinado para adolescentes em idade de 15 a 17 anos, visando a preparação para a conclusão do processo de formação da Educação Básica. No artigo 35 da LDB se tem como principais objetivos:

“I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho, tomado este como princípio educativo, e para a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do estudante como um ser de direitos, pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.”

Isto posto, se pode concluir que essa etapa do processo de escolarização se constitui em ser responsável pela término do processo formativo do estudante da Educação Básica, também é responsável pela preparação básica para o trabalho e para a cidadania, e pela prontidão para o exercício da autonomia intelectual.

1.1- Inclusão nas escolas públicas e privadas.

Na perspectiva da educação inclusiva

A Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. (MEC. «Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais». Consultado em 18 de abril de 2013.)

o foco não é a deficiência do aluno e sim os espaços, ou seja, o ambiente, os recursos que devem ser acessíveis e responder à especificidade de cada aluno.

De forma que a acessibilidade dos materiais pedagógicos e as comunicações, bem como o investimento no desenvolvimento profissional, criam condições que para assegurar a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Vivemos um tempo de transformação de referenciais curriculares, que indicam que não cabe ao aluno se adaptar à escola tal como foi construída, é a escola que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, incluindo também pessoas com e sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações

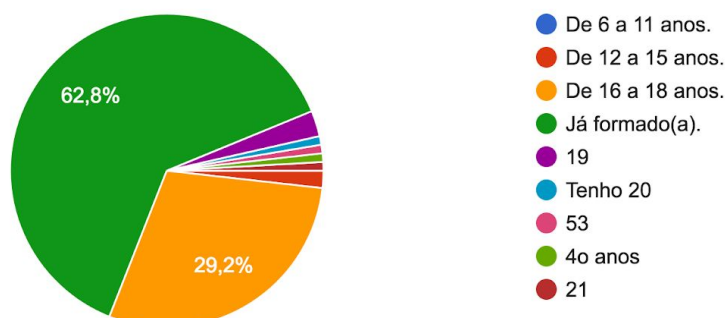
nos espaços e nos recursos e principalmente uma mudança de atitude, que já refletem a concepção de desenho universal, não só na estrutura física das escolas, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas.

De acordo com o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), são inúmeras as aplicações da Psicologia dentro da área da Educação. O psicólogo pode ajudar na criação e avaliação de planos de ensino, planejar o ambiente de modo que ele favoreça a aprendizagem, lidar com alunos com necessidades especiais de educação e elaborar planos de estudo. Se tornando indispensável nas escolas, tanto públicas, quanto privadas.

Segundo uma pesquisa feita por mim, com a finalidade de analisar a equidade entre escolas públicas e privadas, no âmbito do atendimento às necessidades de alunos com deficiências ou distúrbios psicológicos, vendo a disponibilidade de um profissional da psicologia, para preparar a escola para esses alunos. E como essas pessoas de diferentes escolas e idades, veem o decorrer dessa trajetória:

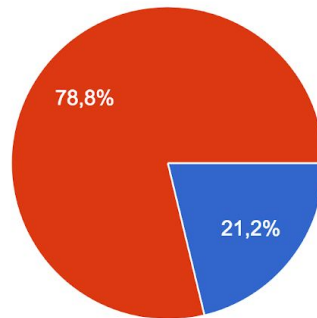
1. Quantos anos você tem?

113 respostas



2. Estudou em colégio

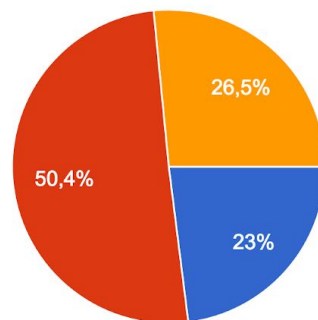
113 respostas



- Público.
- Privado.

3. Tinha um psicólogo no seu colégio?

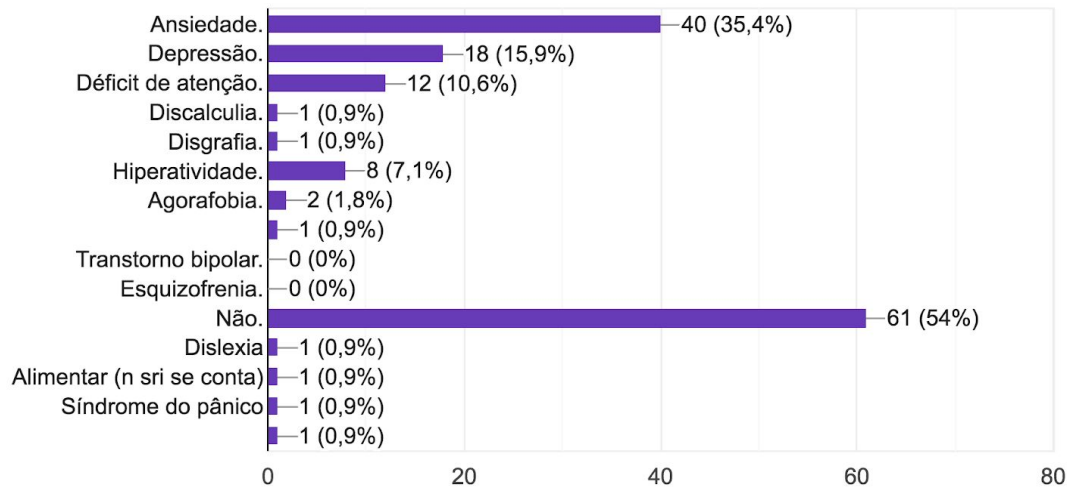
113 respostas



- Sim.
- Não, mas tinha um orientador para os alunos.
- Não.

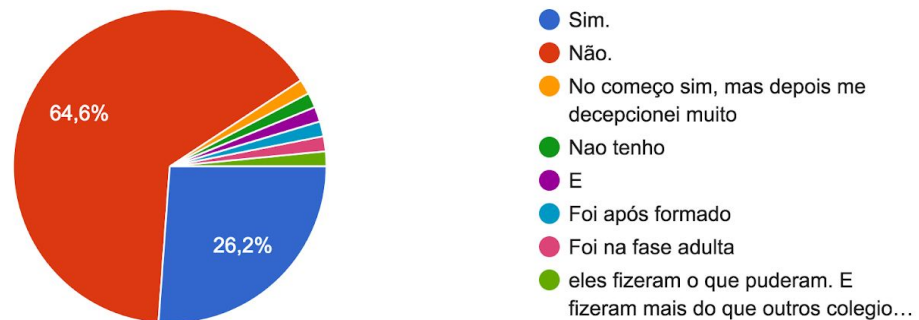
4. Você já foi diagnosticado com algum distúrbio?

113 respostas



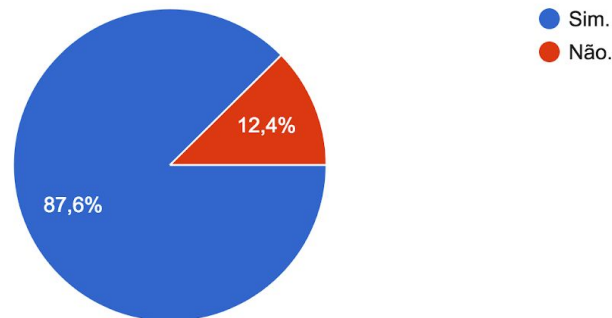
SE SUA RESPOSTA ANTERIOR FOI SIM: Você sentiu que você teve suporte do colégio?

65 respostas



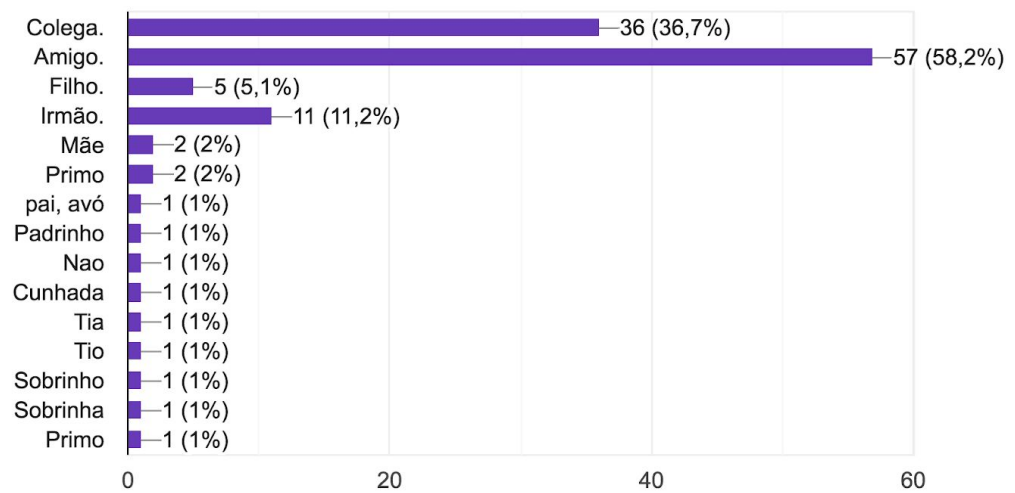
5. Você convive com alguém que tenha sido diagnosticado com distúrbio?

113 respostas



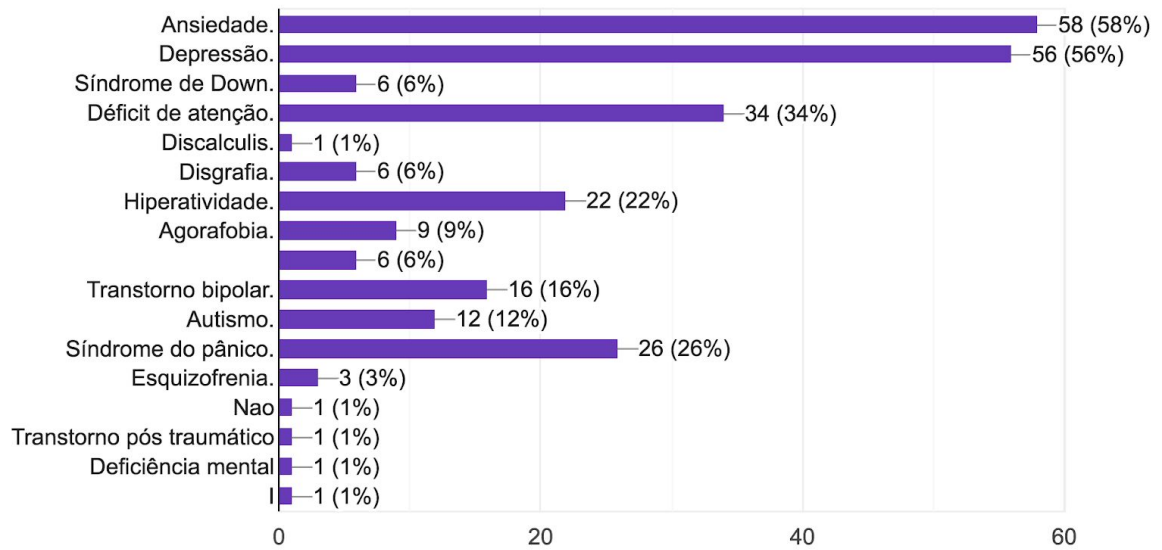
SE SUA RESPOSTA ANTERIOR FOI SIM: Quem?

98 respostas



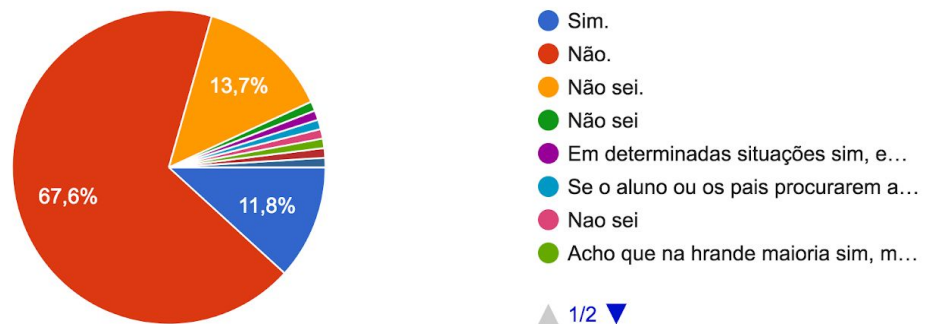
SE A RESPOSTA DA QUESTÃO 5 FOI SIM: Qual distúrbio, deficiência ou síndrome a pessoa possui?

100 respostas



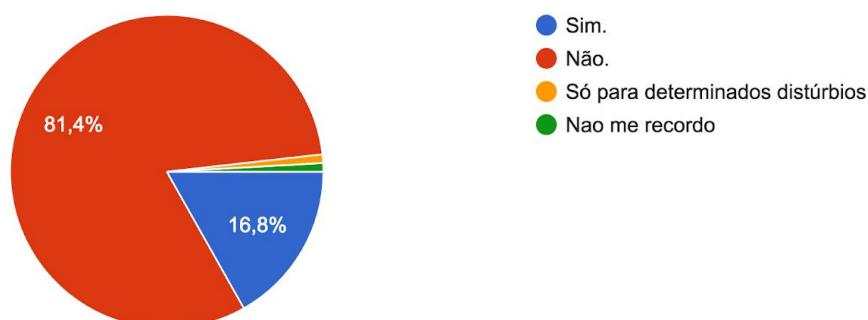
Você acha que esta pessoa recebeu o suporte do colégio de maneira eficiente?

102 respostas



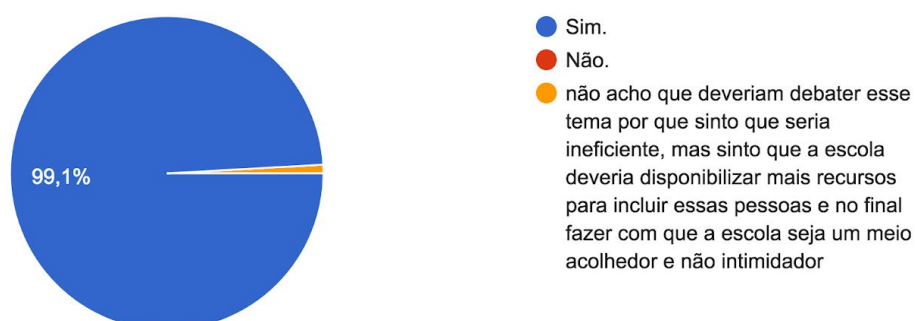
6. Você já recebeu alguma instrução (em forma de aula, aviso ou debate) de como lidar com pessoas que tem distúrbios dentro do colégio.

113 respostas



7. Você acha que as escolas deverias disponibilizar mais espaço para debater esse tipo de tema?

113 respostas



Com esses gráficos pode-se concluir que a maioria das escolas que não dispõe de um psicólogo, o que afeta diretamente o desempenho desses alunos durante as aulas e no processo de socialização, pois a falta de um amparo (que deveria ser dado pelo psicólogo), gera professores despreparados para lidar com esse tipo de aluno em sala de aula, afetando negativamente a aprendizagem de todo o grupo. Tal como pode-se ver no gráfico 4.1, onde 64,6% das pessoas diagnosticadas com distúrbios sentiram que não receberam um suporte efetivo da escola e 67,6% das pessoas que não foram diagnosticadas com distúrbios, mas convivem com pessoas que têm distúrbios, acham que a escola não deu o apoio necessário para essas pessoas.

A falta de preparo das escolas para lidar com alunos com deficiências ficou mais evidente no gráfico 6. onde mostra que 81,4% das pessoas que realizaram o teste nunca receberam qualquer tipo de instrução de como lidar com pessoas com deficiências dentro dos colégios. O que é muito prejudicial, pois muitas vezes por não saberem lidar, ou por não entenderem, a situação em que a pessoa com deficiência se encontra, esta acaba sendo considerada chata ou inconveniente e é excluída do grupo, gerando novamente um efeito negativo no processo de socialização.

Porém o gráfico 7 trouxe resultados importantes, pois mostra que 99,1% das pessoas que fizeram a pesquisa acham importante existir nas escolas um espaço de debate e conscientização sobre o tema, o que mostra que as pessoas também estão dispostas a criar um ambiente benéfico para todos.

2 O papel dos psicólogos nas escolas

O papel de um psicólogos nas escolas, consiste em unir seus conhecimentos sobre a psique humana junto à educação, tendo como objetivo principal ajudar os alunos em seu processo de aprendizagem, os educadores em sua função de ensinar e as famílias a darem o suporte adequado em casa. De forma que colocando esses três pilares em harmonia, seja possível aplicar o seu conhecimento da psicologia no campo da saúde mental, aprendizagem e comportamento para ajudar os alunos a alcançarem um melhor desempenho acadêmico, social e emocional.

Segundo J.R. Guzzo:

A literatura especializada utiliza diferentes denominações para se referir ao psicólogo que atua junto às escolas e aos processos educacionais, principalmente as de psicólogo escolar e psicólogo educacional. O primeiro psicólogo, o escolar, seria aquele que, atuando diretamente na escola, ocupa-se das questões práticas a ela referentes, enquanto o segundo, o psicólogo educacional, seria aquele ocupado em pensar, refletir e pesquisar sobre os processos educacionais em geral. Este seria uma espécie de produtor de conhecimentos a serem utilizados pelos psicólogos escolares (Guzzo, 2001; Marinho-Araújo & Almeida, 2005).

O papel de um psicólogos nas escolas, consiste em unir seus conhecimentos sobre a psique humana junto à educação, tendo como objetivo principal ajudar os alunos em seu processo de aprendizagem, os educadores em sua função de ensinar e as famílias a darem o suporte adequado em casa. De forma que colocando esses três pilares em harmonia, seja possível aplicar o seu conhecimento da psicologia no campo da saúde mental, aprendizagem e comportamento para ajudar os alunos a alcançarem um melhor desempenho acadêmico, social e emocional.

a instituição escolar é um campo que tem como objetivo desempenhar várias ações para o bem estar dos indivíduos imersos nessa área. Dentre

esses objetivos se destaca a prevenção do não aprender e/ou ter dificuldades na aprendizagem; evitação e/ou fuga das atividades escolares; impossibilidade de promoção escolar; bem como caráter de impedimento para que não ocorram questões problemáticas envolvidas nesse ambiente. Embora na prática exista uma grande quantidade de conflitos e problemáticas nas instituições escolares.

(ALBERTO Andaló -1984)

Para que o trabalho corra bem é necessário a parceria entre a família, os professores, coordenadores, diretores e outros profissionais da educação, com o objetivo de contribuir para um ambiente mais seguro, saudável e acolhedor, tanto para alunos consuetudinários, quanto para alunos com deficiências.

De modo que é indispensável que o psicólogo conheça os processos de ensino-aprendizagem eficazes, para que ele consiga orientar os educadores quando estes, têm problemas para coordenar uma sala, seja porque seus métodos não funcionam com aquele grupo ou porque é uma sala mista e o professor se encontra em uma situação onde é necessário um método completamente novo, para atender a demanda dos alunos consuetudinários e dos alunos com alguma deficiência; conhecer as salas de aula e outros espaços escolares, para ter uma noção do seu campo de atuação; compreender a organização e o funcionamento das escolas e instituições educacionais; consultar educadores e outros profissionais em relação ao desempenho cognitivo, afetivo, social e comportamental dos alunos, uma vez que os professores são os profissionais que têm mais contato e um contato mais direto com os alunos; avaliar as necessidades de desenvolvimento e ajudar na construção de um ambiente educativo que atenda a diversas demandas.

Quando são abordados alunos consuetudinários a dificuldade de aprendizagem é um obstáculo que pode ter diversas origens, como problemas cognitivos, emocionais, culturais, sociais, etc. Um dos exemplos que podemos mencionar é a desmotivação, fatores econômicos, conflitos familiares, alimentação inadequada, sono insuficiente, espaço inapropriado, problemas com os educadores. As dificuldades de aprendizagem muitas vezes são superadas em um processo

relativamente simples, com ajustes familiares, escolares e psicopedagógicos. Este tema também é abordado no livro *A Reprodução* (1970), escrito por Pierre Bourdieu em parceria com Jean-Claude Passeron, onde era analisado o funcionamento do sistema escolar francês e concluindo que, em vez de ter uma função transformadora, o sistema reproduz e reforça as desigualdades sociais. Quando a criança começa sua aprendizagem formal, segundo os autores, é recebida num ambiente marcado pelo caráter de classe, desde a organização pedagógica até o modo como prepara o futuro dos alunos., apenas reforçando problemas de aprendizagem, como os citados a cima.

Os alunos com distúrbio de aprendizagem, já recebem outro tipo de tratamento, visto que se trata de um grupo de alunos com dificuldades pontuais e específicas, caracterizadas pela presença de uma disfunção neurológica. Consequentemente é uma disfunção no processo natural, onde normalmente o aluno manifesta déficits nas habilidades de linguagem: fala, leitura e escrita e/ou com números. Diante disso, se trata de um problema orgânico, pois o cérebro funciona de uma forma diferente e está relacionado apenas com fatores intrínsecos. As causas mais frequentes dos distúrbios de aprendizagem são a lesão cerebral, alteração no desenvolvimento cerebral, fatores hereditários, alterações sensoriais, entre muitas outras.

Já alunos com distúrbios recebem um tratamento completamente diferente de ambos acima e a maneira que a escola vai tratar do assunto também varia do grau e do transtorno, por exemplo, um aluno que tem Síndrome de Down vai ter um tratamento diferente de um aluno que tem transtorno de ansiedade, visto que são transtornos diferentes e necessitam atenção e trabalhos diferentes. O aluno com Síndrome de Down vai precisar de uma atenção maior, então é aconselhável que a família ou a escola disponibiliza um cuidador particular, que acompanhe esse aluno ao longo do dia, auxiliando tanto na socialização, quanto durante as aulas. Já o aluno com transtorno de ansiedade, vai precisar de uma atenção maior dos professores para lidar com situações de crise durante a aula, por exemplo, e de um tratamento fora do horário de aula também, onde a psicóloga da escola conversa com a psicóloga particular, desenvolvendo estratégias, para atingir um padrão de estudo e socialização melhor.

Quando temos um aluno com algum tipo de distúrbio na escola, o tratamento se torna um trabalho em grupo, entre a escola, os professores e a família. Os professores são os profissionais que mais tem contato com os alunos, então cabe a eles notarem quando tem algum aluno apresentando um tipo de distúrbio (mesmo não sabendo classificar o distúrbio), com isso o professor comunica o psicólogo da escola, que por sua vez, vai conversar com o aluno e os pais, recomendando um psicólogo particular, para que este possa identificar o distúrbio e em seguida comunicar a psicóloga particular, com esse contato estabelecido, as psicólogas criam um projeto para o tratamento no âmbito escolar e fora da escola também. Dentro da escola a psicóloga instrui os professores a como lidarem com esse aluno e estratégias para que a aula flua bem para todos e fora do horário de aula, a psicóloga particular combina exercícios e faz o tratamento integral.

3 Os benefícios que a psicologia pode trazer para o sistema de ensino.

Segundo a autora Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, do Depto. de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP:

“É cada vez mais frequente, independentemente de situações e momentos, a colocação de que a Escola necessita, seja de um Profissional da área da Psicologia, à disposição para o atendimento de crianças/adolescentes e orientação de professores, na própria Escola, seja de alguma outra instância para onde os 'casos problemáticos' possam ser encaminhados.”

No trecho acima a autora exalta a importância de um psicólogo trabalhando junto com a escola, de forma que é urgente que o conselho da especialista seja levado à prática, visto que as indicações de um profissional iriam ajudar no rumo das ações dos educadores. Essa é uma vertente que se diverge da que temos hoje em dia, onde na maioria dos casos, os pais veem que seus filhos estão com dificuldades e a partir disso, os levam para um psicólogo por conta própria.

A prática atual citada acima é conflitante, visto que o intuito das escolas é gerar uma educação de qualidade, não podemos ficar estagnados em práticas validadas ao longo de décadas, visto que o presente, assim como o futuro, irão exigir competências e comportamento diversos. Visto isso, é possível afirmar que a presença de um psicólogo na escola, é essencial para que as práticas educativas se renovem a partir da demanda da progressão dos alunos.

Também foi feita uma pesquisa a partir de uma revisão bibliográfica realizada em banco de teses e dissertações virtuais da UNICAMP, SCIELO e USP, além de livros e periódicos que abordam o papel da psicologia na educação realizada entre agosto e setembro de 2013, onde é concluído que “Entende-se, portanto, que as questões educacionais analisadas sob a perspectiva da psicologia contribuem consideravelmente para as ações na prática escolar.”, ou seja, a pesquisa comprova a verdadeira compreensão da necessidade da psicologia na educação, a fim de superar as adversidades de aprendizagem e de comportamento que o aluno desenvolve ao longo do ensino.

Nos dias atuais, quando se encaminha um aluno para uma avaliação neurológica, buscando apoio na contribuição da medicina para a compreensão das

dificuldades de aprendizagem, o resultado do diagnóstico aponta, geralmente, como causa do problema da escola, um quadro de comportamento, de percepção, de memória, de motivação, dentre outros aspectos que são explicados pela psicologia e por isso que é essencial. De forma que o psicólogo pode trazer muitos benefícios para o ambiente escolar, como melhorar o desenvolvimento das aulas, trazer auxílio de como lidar com a criança/adolescente em casa, além de ajudar a socialização entre os alunos e o desenvolvimento das crianças/adolescentes como indivíduo, dando mais segurança tanto a criança/adolescente, quanto aos pais.

“Discutir o processo de socialização da criança e o seu desenvolvimento tem significado, nas últimas décadas, trabalhar segundo um modelo que assume a interdependência entre o organismo e o meio e a bidirecionalidade das influências, de tal modo a ser possível admitir a criança assimilando valores, atitudes e cumprindo tarefas que o ambiente lhe propõe enquanto condiciona o que recebe desse mesmo ambiente, porque o modifica através de suas necessidades e reações” (Herbert, 1987; Clarke-Stewart, Perlmutter e Friedman, 1988; Biasoli-Alves, 1992; 1995).

De forma que a criança não deve ser responsabilizada diretamente pela sua socialização e desenvolvimento, dois pilares seriam os principais agentes socializadores que o ambiente prevê para a primeira década de vida do indivíduo, o primeiro seria a Família, responsável pelo cuidado e sobrevivência da criança. E o segundo seria a Escola, detentora da tarefa de gerar competências acadêmicas e de inserir o indivíduo em um ambiente social mais amplo, atuando em todo o seu percurso profissional.

3.1 O papel da escola e da família.

Tanto a Escola, quanto a família têm papéis cruciais na formação de um indivíduo, partindo do princípio básico do capital cultural segundo Pierre Bourdieu, visto que, por mais que a escola passe conhecimento de forma equivalente para todos os alunos, o que acontece dentro de casa é essencial para o desenvolvimento e formação da criança.

A Família na sociedade ocidental desempenha um papel básico e importante, sendo a responsável pela socialização primária, porque é o motivador de toda a educação da criança, que está em uma fase de vida mais "sensível" (com o sistema nervoso muito mais plasmável) para uma aprendizagem afetiva, social e moral.

“é constante, submetendo a criança aos mesmos elementos socializadores, com seus papéis definidos ao longo de todo o tempo; e é o mais duradouro, pois as relações com os pais e irmãos tendem a se manter até seu desaparecimento” (Biasoli-Alves, 1993).

Por sua vez a Escola inicia seu percurso por volta dos seis anos de idade, para a maioria das crianças (visto que muitas mães optam por deixarem seus filhos em creches), é a responsável pela socialização secundária, assumindo a tarefa de transmitir um conjunto sequente de informações (Educação Formal), que deverá permitir e garantir ao indivíduo uma entrada diversificada no mundo do trabalho.

A família exerce uma grande influência sobre formação da personalidade do indivíduo, mas por outro lado, ele constrói sua identidade no social a partir de si mesmo, de forma que cabe a escola, como ambiente coletivo, desempenhar um papel relevante na formação da individualidade e a partir de indigentes ambos os agentes (Escola e Família) socializadores dividem a formação da criança/adolescente participando da sua construção de identidade.

“E para isto, Família e Escola estão em contato, interagem, compõem o que na Abordagem Ecológica de Bronfenbrenner chama-se de Meso-Sistema” (Tudge, 1997), exercendo influência uma sobre a outra, de forma que consigam tecer uma rede de relações e de troca, tendo como maior objetivo a criança e seu desenvolvimento.

Hoje em dia cabe a família escolher uma escola, na qual a criança vai estudar, além de determinar a idade em que a criança entrará na escola (respeitando as normas da lei) e por quanto tempo a criança irá permanecer na escola escolhida. De forma que se torna parte do dia-a-dia dos pais a busca de informações sobre os objetivos da escola, como os métodos de trabalho, quais as exigências que a escola estabelece para as crianças e se a proposta do ambiente coletivo que é passada, corresponde ao que os pais acham mais adequado para seus filhos.

Entretanto, todo esse processo de seleção tem como base o que a comunidade oferece, estabelecendo um confronto direto onde em um lado a necessidades e expectativas, do outro lado a realidade traz de concreto, que já está elaborado e definido, no contexto do social mais amplo. Assim os dois agentes da socialização(primária e secundária), estarão tomando decisões importantes a respeito da estruturação do dia-a-dia da criança e de suas tarefas, estas que deverá cumprir para realizar um desenvolvimento saudável.

Tais decisões são mais ou menos justificadas e seguras, visto que foram construídos ao longo dos anos, mas estão sujeitas a constantes alterações, sobretudo ao avanço do conhecimento nesse último século. É nesse ponto que se insere a questão da Psicologização* tanto no ambiente familiar quanto no acadêmico.

3.2 O papel dos professores e dos alunos.

A educação inclusiva é uma área de estudo nova no campo da pedagogia, muitos professores encontram-se desestabilizados frente às concepções e estruturais sociais no que diz respeito às pessoas com deficiências. De forma que a partir do século XVI, a educação busca teorias e práticas focadas ao ensino de qualidade, com profissionais comprometidos em dar aos seus alunos um ensino de qualidade, independente de suas diferenças individuais.

Nessa perspectiva de estar aberto a conhecer o outro, Freire (2005) em sua obra “Pedagogia da Autonomia” afirma:

o idea na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos convivam de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras.

(FREIRE, 2005, p. 58)

Atualmente para construir uma escola que atenda adequadamente alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, não basta ter professores e demais profissionais que uma escola “normal” apresenta. Se torna necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada aluno.

Por esse motivo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de

licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

(BRASIL, 2006)

Cabe ao professor realizar seu trabalho voltado ao direito da igualdade e de oportunidade a todos, o que não exige um único modo de educar, mas o de poder oferecer a cada indivíduo o que melhor atende às suas necessidades frente às suas características, interesses e habilidades.

Formar um ensino que respeite a diversidade das pessoas e aprender com isso é de suma importância, usufruindo de conhecimentos construídos por cada um na perspectiva de um crescimento interpessoal, pois a possibilidade de aprendizagem dessas pessoas está diretamente relacionada ao intuito de aprender, estimulado pelo professor e por todos os sujeitos que se relacionam, possibilitando a aquisição de novas funções cognitivas que será essencial para sua trajetória escolar, independente de suas necessidades e/ou capacidades. Por esses motivos que a relação entre o professor e o psicólogo é essencial, a partir deste viés, os educadores, ajuda do psicólogo, podem entender melhor como adequar suas aulas às necessidades de cada aluno, visando todas suas dificuldades e particularidades, trazendo uma aula mais efetiva para todos.

A inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação.

Já o papel do aluno é ser inclusivo com todos seus colegas, tentar entender e buscar mais conhecimento sobre as necessidades de seus colegas, também podendo buscar o psicólogo da escola, para saber como se comportar em diferentes situações, sempre visando a boa convivência e a empatia.

Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise crítica de como as instituições de ensino lidam com a introdução de alunos com distúrbios, deficiências ou síndromes em salas mistas (alunos “normais” e alunos com deficiências que estudam na mesma sala de aula). Também discutindo a importância de se ter um profissional, o psicólogo, para garantir que esses alunos tenham uma boa convivência nesse meio, pois para que isso aconteça é necessário um trabalho em conjunto entre a escola, os professores, os alunos, a família e um psicólogo particular.

Esse tema é de extrema importância, pois discute o que por muitos anos foi um “tabu” e hoje em dia ainda não recebe a devida importância, de modo que na nossa sociedade é comum tratar distúrbios com menos importância ou muitas vezes como frescura. Contudo estas doenças, que são de enorme variedade, tem grande impacto na vidas de seus portadores, considerando que afeta seu cotidiano e estilo de vida, podendo levar à exclusão social ou até a morte.

Dessa forma podemos concluir que as instituições de ensino precisam investir em psicólogos preparados para lidar com diferentes tipos de alunos em um mesmo ambiente, sabendo conciliar esses três pontos fundamentais, que são a escola, o aluno e a família.

Assim ficando responsável por explicar para o corpo docente como lidar com o aluno a partir do seu distúrbio, passando estratégias de como este conseguir gerir a aula de uma forma que seja benéfica para todos os alunos; Já no caso da família, a escola (por meio do psicólogo) é responsável por notificar os pais se seu filho apresenta dificuldades, para que estes procurem um psicólogo particular, que irá identificar qual é a deficiência, feito isso o psicólogo da escola e o psicólogo particular irão se comunicar e trocar informações sobre o aluno, fazendo um trabalho contínuo dentro e fora da escola; Por fim a relação entre os alunos não pode ser deixada de lado, é importante que desde jovem os alunos sejam conscientizados sobre a diversidade, incluindo transtornos e distúrbios, para que esses assim ao invés de excluir ou ironizar, possam fazer parte da introdução do aluno com deficiência ao âmbito social.

Tornando a escola um ambiente seguro e saudável, tanto para alunos com deficiência, quanto para alunos comuns. Também sendo uma forma de conscientizar outras faixa etárias, tendo um espaço oferecido pelas instituições para debate e conscientização, gerando assim uma formação mais rica a todos os alunos, também desenvolvendo a empatia e tolerância sobre a diversidade.

BIBLIOGRAFIA

L9394. Planalto.gov.br. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 Jun. 2018.

PDE - Apresentação. Mec.gov.br. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/formacao/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-d-e-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao>>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

Ministério da Educação - Ministério da Educação. Mec.gov.br. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 02 Set. 2018.

<HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/INTEGRALMENTEMOTHER>. Creche x Escola (listei 4 grandes diferenças entre elas). Integralmente, mãe. Disponível em:

<<https://integralmentemae.com/creche-x-escola-diferencas-entre-elas/>>. Acesso em: 23 Mai. 2018.

Saiba como funciona o sistema de educação infantil no País. Governo do Brasil.

Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2012/04/creche>>. Acesso em: 30 Ago. 2018.

HENRIQUE, Matheus. Tudo o que você precisa saber sobre o novo ensino fundamental. Canal do Ensino. Disponível em:

<<https://canaldoensino.com.br/blog/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-novo-ensino-fundamental>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

Gestão de pessoas como uma estratégia de negócios | SUBJETIVA INSTITUTO de Psicologia e consultoria em Gestão de Pessoas. SUBJETIVA INSTITUTO de Psicologia e consultoria em Gestão de Pessoas. Disponível em:

<<https://www.institutosubjetiva.com.br/single-post/disturbio-dificuldade-de-aprendizagem>>. Acesso em: 16 Out. 2018.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL: IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA ESCOLA 2016 Jeovane Vieira dos Santos Charlisson Mendes Gonçalves. [s.l.: s.n.], 2016.

Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1045.pdf>>. Acesso em: 31 Out. 2018.

PAULA, Ana; SOUZA, Raquel. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 7, n. 1, p. 42–52, 2013. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-8220201400010005>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, CLAISY MARIA. Psicologia escolar: cenários atuais. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 9, n. 3, p. 0–0, 2008.

Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300007>. Acesso em: 12 Ago. 2018.

Educação no Brasil Colonial - Mundo Educação. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/educacao-no-brasil-colonial.htm>>. Acesso em: 11 Mai. 2018.

HADDAD, Fernando; EXECUTIVO, Secretário; DA, Ministro; ⁴⁴ A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA Presidente da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva Ministro de Estado da Educação. [s.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 13 Set. 2018.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 22 Abr. 2018.